

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.817 - MG (2019/0247457-5)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
SUSCITANTE : **TRANVALENTE LOGISTICA LIMIDADA EM RECUPERACAO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **ANA CRISTINA PINTO - MG074166**
: **RONAN SARAIVA FRANCO AMARAL E OUTRO(S) - MG107157**
: **BRAULIO FERREIRA DUTRA - MG152124**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE VESPASIANO - MG**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 15A VARA DO TRABALHO DE SALVADOR - BA**
INTERES. : **RENILSON DOS SANTOS**
ADVOGADOS : **PAULO JOSÉ OLIVEIRA ALVES - BA024942**
: **FABRÍCIO ZACCARELLI ASSIS DALTRO - BA038370**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUSTIÇA LABORAL. ATOS EXECUTÓRIOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. ART. 76 DA LEI N. 11.101/2005.

1. Os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal. Inteligência do art. 76 da Lei n. 11.101/2005. Precedentes.
2. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da recuperação judicial.

DECISÃO

1. Trata-se de conflito de competência, com pedido de liminar, suscitado por Transvalente Logística Limitada - em Recuperação Judicial, em face do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG - Juízo da recuperação - e do Juízo da Vara da 15ª Vara do Trabalho de Salvador/BA, perante o qual tramita a reclamação trabalhista nº ATOrd 0000211-69.2016.5.05.0015, ajuizada em desfavor da suscitante e da empresa AMBEV.

Afirma ter ajuizado pedido de recuperação judicial, o qual foi deferido pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG em 13/02/2015. Por sua vez, o plano de recuperação apresentado foi homologado aos 12/5/2017 (fls. 36-47)

Informa, contudo, que o Juízo laboral determinou o prosseguimento da execução em face da suscitante no âmbito da execução supraindicada, não obstante o processo de recuperação, em afronta à competência do Juízo recuperacional (fls. 30).

Neste sentido, requereu a concessão da liminar para suspender os efeitos da

decisão proferida pela Justiça do Trabalho; que lhe seja vedada a promoção de novos atos de constrição de bens e valores da recuperanda até o julgamento deste conflito; a imediata liberação dos valores já bloqueados; e a designação do juízo da recuperação para deliberar sobre atos urgentes, o que foi deferido às fls. 54-56.

Informações dos juízos suscitados às 128-130 e 140-143.

Parecer do Ministério Público, às fls. 89-94, opinando pela competência do Juízo da recuperação, *in verbis*:

- Conflito positivo de competência.
- Com a edição da Lei nº 11.101/2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor. Precedentes do STJ.
- Parecer, preliminarmente, pelo conhecimento do conflito positivo de competência, para que, no mérito, seja declarado competente o MM. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano - MG.

É o relatório. Decido.

2. No caso, o pedido de processamento da recuperação judicial da suscitante foi deferido pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG em 13/2/2015, sendo homologado o plano de recuperação aos 12/5/2017 (fls. 36-47).

Contudo, o Juízo trabalhista determinou a penhora de valores e bens em nome da suscitante, empresa em recuperação judicial, sendo certo que os atos constritivos do patrimônio da empresa em recuperação devem ser submetidos ao crivo do Juízo recuperacional (fls. 30), *in verbis*:

1. Proceda-se ao bloqueio sobre o saldo das contas correntes e/ou aplicações financeiras da 1ª Reclamada, por meio do BACEN-JUD, até o limite do crédito TRANSVALENTE LOGISTICA LIMITADA exequendo, nos termos do Provimento nº 006/2005 da Corregedoria da Justiça do Trabalho C. TST. Havendo bloqueio parcial, reitere-se a ordem.
2. Transfiram-se os valores bloqueados, colocando-os à disposição deste Juízo e proceda-se ao desbloqueio dos valores excedentes até a satisfação total do crédito exequendo.
3. Restando infrutífera a diligência determinada no item 1 supra, expeça-se mandado de penhora sobre os bens da 1ª Reclamada, tantos quantos bastem à garantia TRANSVALENTE LOGISTICA LIMITADA integral da execução.

Nesse sentido, tal circunstância acabará atingindo diretamente o patrimônio da Recuperanda, tendo em vista a estipulação contratual que possibilita a retenção de valores decorrentes de ações trabalhistas.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte de Justiça firmou-se no sentido de que os atos de execução dos créditos promovidos contra empresas falidas ou em

recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945, ou da Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, bem como os atos judiciais que envolvam o patrimônio dessas empresas, devem ser realizados pelo Juízo universal.

Nessa linha de raciocínio, via de regra, não se verifica a possibilidade de prosseguimento automático das execuções individuais posteriormente ao processamento e, por conseguinte, à aprovação do plano de recuperação judicial, de modo que é atribuída exclusividade ao Juízo universal, onde se processa a recuperação, para a prática de atos de execução do patrimônio da sociedade recuperanda.

A razão de ser da supremacia dessa regra de competência é a concentração, no Juízo da recuperação judicial, de todas as decisões que envolvam o patrimônio da recuperanda, a fim de não comprometer a tentativa de mantê-la em funcionamento.

Dessarte, em conformidade com o princípio da preservação da empresa, o juízo de valor acerca da essencialidade ou não de algum bem ao funcionamento da sociedade cumpre ser realizada pelo Juízo da recuperação judicial, que tem acesso a todas as informações sobre a real situação dos bens da empresa recuperanda.

Nesse sentido, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O tema não é novo nesta Corte, que já firmou entendimento no sentido de que, após o deferimento da recuperação judicial, é do Juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa.
2. Nesses casos, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução).
3. Agravo interno não provido. (AgInt no CC 144.592/SP, Segunda Seção, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 3.11.2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA ARREMATANTE DA UNIDADE PRODUTIVA DA VARIG S/A EM FACE DE JUÍZOS DO TRABALHO E JUÍZO FALIMENTAR. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. **A execução individual trabalhista e a recuperação judicial apresentam nítida incompatibilidade concreta, porque uma não pode ser executada sem prejuízo da outra.**
2. O Juízo universal é o competente para a execução dos créditos apurados nas ações trabalhistas propostas em face da Varig S/A e da VRG Linhas Aéreas S/A (arrematante da UPV), sobretudo porque, no que se refere à arrematação judicial da UPV, ficou consignado em edital, nos termos da Lei n.º 11.101/05, que sua transmissão não acarretaria a assunção de seu passivo.

3. Competência do Juízo da Direito da 1.^a Vara Empresarial do Rio de Janeiro, para o prosseguimentos das execuções trabalhistas.

4. Agravo regimental desprovido. (RCD no CC 137.886/RJ, Rel. Min. Marco Buzzi, DJe 24.8.2015, grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR PARA DETERMINAR QUE, NOS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL, O JUÍZO DA VARA DO TRABALHO ABSTENHA-SE DE PRATICAR ATOS EXECUTÓRIOS QUE IMPORTEM NA CONSTRIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE BENS DA EMPRESA SUSCITANTE E DESIGNAR O JUÍZO DE DIREITO EM QUE SE PROCESSA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA DECIDIR, EM CARÁTER PROVISÓRIO, AS MEDIDAS URGENTES. CONFLITO EM QUE SE DISCUTE A DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE EMPRESA SOB RECUPERAÇÃO. COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO. PRECEDENTES. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NÃO SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL, DEVENDO-SE, TODAVIA, SUBMETTER A PRETENSÃO CONSTRITIVA DIRECIONADA AO PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL AO JUÍZO UNIVERSAL. ENTENDIMENTO PERFILHADO PELA SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE DE JUSTIÇA. EXEGESE QUE NÃO ENSEJA INFRINGÊNCIA À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INEXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

1. Considerando que a controvérsia gira em torno da destinação do patrimônio de empresa sob recuperação judicial, e não sobre a definição da competência para o processamento de execução fiscal, o conflito deve ser processado e julgado pela Segunda Seção, nos termos do art. 9º, § 2º, IX, do RISTJ. Precedentes.

2. De acordo com o entendimento jurisprudencial consolidado no âmbito da Segunda Seção desta Corte de Justiça, embora o deferimento do processamento da recuperação judicial não tenha, por si só, o condão de suspender as execuções fiscais, na dicção do art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.101/05, **a pretensão constritiva direcionada ao patrimônio da empresa em recuperação judicial deve, sim, ser submetida à análise do juízo universal, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.**

3. A exegese ora adotada de modo algum encerra violação ao Princípio da Reserva de Plenário, previsto no art. 97 da Constituição Federal, notadamente porque não se procedeu à declaração de inconstitucionalidade, mas sim à interpretação sistemática dos dispositivos legais sobre a matéria. Precedentes da Segunda Seção do STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no CC 136.040/GO, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe 19.5.2015, grifou-se)

Por fim, cabe ressaltar que, na espécie, a constrição do patrimônio da recuperanda é passível de ocorrer indiretamente, devido à cláusula do contrato de prestação de serviços celebrado entre a empresa recuperanda e a devedora subsidiária, que prevê a

retenção de crédito nas faturas a serem pagas à suscitante na hipótese de redirecionamento de execução trabalhista contra a devedora subsidiária, de modo que compete ao Juízo recuperacional a apreciação de quaisquer medidas constitutivas a serem tomadas contra a empresa.

3. Ante o exposto, conheço do conflito, a fim de declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG, para apreciar todos os atos constitutivos referentes ao patrimônio da recuperanda, devendo ser anulados os atos de constrição determinados pelo Juízo laboral.

Publique-se. Intimem-se. Oficiem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator